

ANC

CONSTITUINTE

Mais 18 AGO 1967

**pontos definidos
no novo
esboço**

Mesmo ocupando interinamente a Presidência da República, o deputado Ulysses Guimarães dedicou toda a manhã de ontem e parte da tarde à Constituinte, examinando o esboço do novo substitutivo a ser elaborado pelo relator Bernardo Cabral para apresentação aos demais partidos na quinta-feira. E alguns pontos já foram definidos.

Estiveram na residência de Ulysses, pela manhã, o relator Bernardo Cabral; os relatores-adjuntos Fernando Henrique Cardoso, Nélson Jobim e Jose Inácio, os auxiliares Adolfo de Oliveira e José Serra; os líderes Mário Covas (do PMDB na Constituinte) e Carlos Sant'Anna (do governo na Câmara) e o jurista Miguel Reale. À tarde, o mesmo grupo voltou a se reunir, agora no 24º andar do edifício-sede do Banco do Brasil, mas sem a presença de Ulysses, que por volta das 15 horas foi para o Palácio do Planalto.

Pela manhã, segundo o deputado Nélson Jobim, o grupo acertou que o anteprojeto de Constituição definirá como destinação das Forças Armadas a defesa da Pátria e a garantia dos poderes legalmente constituídos e a ordem constitucional. Jobim considerou que não houve avanços em relação à última reunião, mas admitiu estar quase certa a eleição direta para governador do Distrito Federal.

A tarde, porém, segundo o deputado José Serra, o grupo conseguiu chegar a consenso quanto à redução do prazo entre a eleição e a posse de ocupantes de cargos do Executivo para no máximo 45 dias, de modo a reduzir o período de transição entre as duas administrações. A posse de prefeitos, governadores e presidentes da República será no dia 1º de fevereiro. Atualmente esse período de transição é de quase quatro meses, permitindo "verdadeiros descalabros financeiros, pois quem está no final do mandato, nessas circunstâncias, geralmente acaba comprometendo os recursos dos governantes que vão assumir", disse José Serra.

Num dos intervalos, o relator Bernardo Cabral informou que já foram enxugados cerca de 200 dispositivos do anteprojeto. O senador Fernando Henrique Cardoso frisou que haverá um avanço significativo na área previdenciária. Quanto à reforma agrária, informou que o grande obstáculo para o consenso — a imissão de posse — caminha para ser superado. Embora ainda não definido, a tendência é a abertura para um recurso ao Judiciário, rápido e sumário, por parte do desapropriado para que, antes do pronunciamento do juiz, ninguém possa entrar na terra.

Enquanto isso, no plenário da Constituinte o deputado Del Bosco Amaral, do PMDB de Ulysses, dizia ter a impressão de que essa vai ser uma "Constituinte secreta". Segundo Del Bosco, "um grupo se reúne numa chácara, outro, às escondidas e com guardas na porta. Devem estar tratando de assuntos que os 350 ou 400 não-participantes desses grupos não podem saber e devem, aqui, no dia da votação, votar com os olhos fechados, ouvidos moucos e sem as próprias consciências", disse Del Bosco, criticando os líderes peemedebistas.

"Temos de acabar com essa estória de que tudo pode ser obtido no consenso, principalmente numa sociedade plural como a nossa. Vamos para o voto", afirmou o deputado Aloísio Chaves (PFL-PA). Mas o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, elogiou a vontade comum para a busca do consenso.

Estatização

As Confederações Nacional da Indústria e do Comércio lançam hoje no Salão Negro do Congresso a campanha "Não à estatização", para alertar os constituintes contra a tentativa de transferir o Sesi, Senai, Sesc e Senac para o Estado. Os presidentes Albano Franco e Antônio de Oliveira Santos inaugurarão exposição sobre as atividades das entidades.

E o Emfa apoiou emenda do senador João Calmon retirando do anteprojeto de Constituição a responsabilidade das Forças Armadas pelo chamado serviço alternativo, destinado aos jovens que, por imperativo de consciência, deixam de prestar o serviço militar.